

TRABALHO CIDADANIA
ELEIÇÕES CULTURA
TRANSFORMA

Lúcio Kowarick e Eduardo Marques (orgs.)

SÃO PAULO: NOVOS PERCURSOS E ATORES

Sociedade, cultura e política

editora  34



centro de estudos da metrópole

VIVIMOS EM UM
SOCIEDADES
CINEMA FERIA
ESTRANGEIR
CRESCIMENTO

EDITORA 34

Editora 34 Ltda.

Rua Hungria, 592 Jardim Europa CEP 01455-000

São Paulo - SP Brasil Tel/Fax (11) 3816-6777 www.editora34.com.br

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE

CEM/Cebrap

Rua Morgado de Mateus, 615 Vila Mariana CEP 04015-902

São Paulo - SP Brasil Tel. (11) 5574-0399 contato@centrodametropole.org.br

Copyright © Editora 34 Ltda., 2011

São Paulo: novos percursos e atores © Lúcio Kowarick e Eduardo Marques, 2011

A FOTOCÓPIA DE QUALQUER FOLHA DESTE LIVRO É ILEGAL E CONFIGURA UMA
APROPRIAÇÃO INDEVIDA DOS DIREITOS INTELECTUAIS E PATRIMONIAIS DO AUTOR.

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica:

Bracher & Malta Produção Gráfica

Revisão:

Isabel Junqueira

Sérgio Molina

1ª Edição - 2011

CIP - Brasil. Catalogação-na-Fonte

(Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ, Brasil)

Kowarick, Lúcio

K88s São Paulo: novos percursos e atores
(sociedade, cultura e política) / organização de Lúcio
Kowarick e Eduardo Marques. — São Paulo: Ed. 34;
Centro de Estudos da Metrópole, 2011.
400 p.

ISBN 978-85-7326-484-5

1. Sociologia urbana. 2. Cidade de São Paulo -
História e crítica. 3. Região Metropolitana de
São Paulo - História e crítica. 4. Cultura e política.
I. Marques, Eduardo. II. Título.

CDD - 307.76

O centro e seus cortiços: dinâmicas socioeconômicas, pobreza e política

Lúcio Kowarick

“O inquestionável deslocamento da centralidade dominante [...] para o setor sudoeste da cidade não determinou o esvaziamento do centro histórico, mas sim uma mudança no perfil de seus usos e usuários, configurando novos focos de dinamismo e novas vocações para a área [...]. Todavia, a popularização do centro e seu atual elenco de atividades, formais e informais, são também manifestações de uma nova vitalidade econômica, que mantém em muitas instâncias o papel central da região no âmbito do universo terciário da cidade.”

(Nakano, Malta Campos e Rolnik, 2004: 154 e 156)

A perda da primazia social dos distritos das áreas centrais é fenômeno conhecido. Lugar de prestígio desde o século XIX, paulatinamente, após 1950, decresce sua importância econômica e demográfica. Até certo ponto, também suas atividades artístico-culturais, não obstante os esforços dos poderes públicos municipal e estadual em termos de reformas e reabilitação de prédios como o da Light, do Banco do Brasil, a Estação Júlio Prestes com a Sala São Paulo, a estação e a área da Luz com a Pinacoteca, o antigo DOPS, a Biblioteca Municipal, o Solar da Marquesa e o Pátio do Colégio, o Museu de Arte Sacra, o Teatro São Pedro, as praças do Patriarca, Sé e República, o Largo de São Bento, do Arouche, bem como a reurbanização do Parque Dom Pedro II, que dará origem a 135 mil m² de áreas verdes, e a remoção da Favela do Gato, onde está prevista a construção de cerca de quinhentas unidades habitacionais, áreas e centros de lazer. Local de intensos conflitos operários no Brás e na Mooca de 1917, das sucessivas paralisações da conjuntura 1945-47, sem esquecer o explosivo quebra-quebra de 1944, isto para não falar de conflitos mais recentes referentes à derrocada do populismo dos anos 1960: nas grandes praças da época, das Bandeiras ou Roosevelt, ocorriam grandes comícios que, em boa medida, decidiam os destinos políticos do país. Sem esquecer a Praça da Sé, no ato ecumênico em protesto pelo assassinato de Vladimir Herzog em 1975; e o milhão de pessoas no comício das Diretas Já, em 1984.

O percurso da primazia urbana foi do centro para a Paulista nos anos 1960-70, e para a Faria Lima e a Berrini-Marginal do Pinheiros em tempos mais recentes (Frúgoli, 2000). Não cabe detalhar os processos que estiveram na raiz dos deslocamentos socioeconômicos e urbanos para essas regiões. Basta mencionar a saída das camadas de renda média e alta fundamentalmente para o vetor sudoeste da cidade, que recebeu vultuosos investimentos públicos como alargamento de avenidas, construção de pontes e viadutos, linhas de metrô, além de novas formas de consumo, em especial shopping centers. Na década de 1990, o poder público desenvolveu somente ações pontuais na área central, com exceção da administração petista de 1989-92, que remodelou o Vale do Anhangabaú e transferiu para o centro a sede da Prefeitura, ação que teve forte impacto simbólico. A ocorrência destas dinâmicas ocorreu na medida em que houve crescente dificuldade de acesso às zonas centrais, que se traduz em restrições de trânsito, falta de estacionamento, pedestrianização de ruas, aumento da poluição atmosférica, visual e sonora, além da deterioração de vastas áreas, das quais se destacam aquelas contíguas ao Elevado Costa e Silva. A população diminuiu, muitos edifícios residenciais e de serviços ficam parcial ou totalmente desocupados, e a atividade econômica muda de perfil com a saída dos grupos abastados e a maior presença das camadas pobres.

DINAMISMOS SOCIOECONÔMICOS

Esses deslocamentos revelam decadência sociourbana em certas áreas, mas significam também novos dinamismos e potencialidades. Nesse sentido, basta mencionar a existência de 530 mil habitantes nas áreas centrais, 723 mil empregos formais, 3,8 milhões de pedestres diários ou os 2 milhões de passageiros que diariamente são canalizados para os distritos da Sé e República através de 294 das 1.200 linhas de ônibus existentes no Município, das dezessete estações de metrô e outras três de grande circulação ferroviária espalhadas nos seus distritos de ocupação mais antiga.

Decorrente de um sistema obsoleto e desordenado de transportes, cujo nascedouro foi uma rede viária que por grandes artérias desemboca nas áreas centrais, tornando-as destinatárias da quarta parte das viagens em veículos coletivos, o centro constitui um “território de transbordo” (Meyer, 1999). Mas é mais do que isso, pois em uma pequena área de 4,4 km², correspondente à Sé e à República, “o poder público investiu 25 bilhões de dólares para instalação de [...] redes de água, luz e esgoto em todos os

2.744.000 m² para fins residenciais e 6.857.000 m² de área construída para [outros] fins...” (Piccini, 1999: 66). Nos distritos do centro estão também concentrados boa parte dos 600 mil habitantes em cortiços, 10 mil ambulantes, 2 mil catadores de lixo, muitos com suas carroças realizando coleta seletiva e, ao mesmo tempo, engarrafando ainda mais o trânsito, cerca de 5 mil moradores de rua, número que deve ter diminuído após os doze assassinados que foram vítimas por espancamento em 2004, não obstante a existência de oitocentos guardas civis e 4.250 policiais militares alocados nas zonas centrais. Há vasta hotelaria e restaurantes de padrão popular, o comércio atacadista nas cercanias do Mercado Municipal, a indústria de confecções no Bom Retiro, com 2 mil unidades produtivas, 50 mil empregos diretos, antes com forte presença de judeus e, mais recentemente, de coreanos, recebe 70 mil compradores por dia, as zonas bolivianas do Pari, os japoneses na Liberdade, o comércio de máquinas e ferramentas na Florêncio de Abreu, de eletroeletrônicos na Santa Ifigênia, de tecidos na 25 de Março e adjacências, onde existem cerca de trezentas lojas que atraem 400 mil pessoas por dia, 1 milhão nos dias festivos, gerando 40 mil empregos e atraindo compradores de todo o país e do exterior (*Folha de S. Paulo*, 2003: C4). Há ainda o sistema financeiro da rua XV de Novembro, o intenso comércio da rua Direita e muitas ruas tomadas pelos 10 mil ambulantes. Vale mencionar que a Estação da Luz, principal entroncamento metroferroviário do Município, por onde transitam 400 mil pessoas por dia através da interligação de duas linhas de metrô e outras seis de trens metropolitanos. Digno de nota também é que no conjunto dos treze distritos que compõem a região central se efetuam 10,6 milhões de viagens/dia, das quais 6,2 milhões a pé e o restante por transporte motorizado individual ou coletivo, muito superior ao existente nas demais partes da cidade. No centro está também cerca da terça parte das bibliotecas, museus e cinemas do Município e a metade dos teatros, bem como a presença de 97 mil alunos matriculados em 29 instituições de ensino superior e 102 mil em 177 escolas públicas e privadas do ensino infantil ao nível médio (Botelho e Freire, 2004: 180, 192-3).

Muitos empreendimentos, cujas matrizes estavam sediadas em sua área central, deslocaram-se para as avenidas Paulista e Faria Lima e, mais recentemente, para a Berrini-Marginal do Pinheiros. Destaca-se neste sentido o setor bancário e a recente saída das sedes do Boston, Santander e Itaú. Mas as atividades financeiras, incluindo as Bolsas de Valores e de Mercadorias, continuam ainda fortemente concentradas no centro, de modo especial nas áreas da Sé, da Bela Vista e da República: em nove distritos centrais existiam em 1994 pouco mais de 40 mil empregos formais — 31% do existente no

Município, montante que em 2001 correspondia a 34% destes postos de trabalho de São Paulo. Por outro lado, assinalem-se os esforços dos poderes públicos municipal e estadual em valorizar as áreas centrais: além das iniciativas já assinaladas, a Prefeitura aí localizou quinze das 21 secretarias, gerando 8,5 mil empregos, iniciativa seguida pelo Governo Estadual, que deslocou três secretarias e cinco empresas estatais, adquirindo para tanto oito prédios na região da Sé, onde trabalham 3 mil funcionários.

Muitos hotéis também deixaram a região, mas é necessário apontar algum retorno, cujo exemplo pode ser ilustrado por dois novos empreendimentos de alto padrão, além da reabertura de outro hotel tradicional. Ela continua sediando grandes empresas da área de telefonia, bem como as atividades jurídicas em torno do Fórum da Sé, mas, seguindo a tendência geral do Município, as áreas centrais da cidade perderam na década de 1990 quase 109 mil empregos formais (Amitrano, 2004: 114).

Contudo, continua a haver grande oferta de empregos, milhões de pessoas diariamente para aí se dirigem, o que origina enorme soma de negócios, o estoque de prédios de bom padrão tem um valor locacional e de venda sensivelmente inferior às outras áreas comerciais e de serviços e, não obstante ter havido empobrecimento, a população da área central continua com uma renda média razoável: dos treze distritos considerados, seis estão acima da média dos 67 que compõem a sub-região central-intermediária e todos os treze bastante acima dos 33 distritos componentes das áreas periféricas de São Paulo (Prefeitura do Município de São Paulo, 2003: 36-8).

Contrastes entre riqueza e pobreza são constantes em cidades de grande dinamismo como São Paulo que, na sua história republicana, demoliu e construiu, por três vezes, boa parte dos prédios de suas áreas centrais. Além de ser de “transbordo”, os territórios centrais revelam vidas em contrastes, constantes lutas pela apropriação de espaços valorizados, não só do ponto de vista econômico, mas também de significados sociourbanísticos, com seus patrimônios materiais e culturais, construídos de lembranças, identidades locais nas memórias díspares de quando o centro era centro dos acontecimentos. Assim, considero ser redutor dizer que,

“[...] segundo a Adviser Consultores Ltda., em estudo encomendado pela Associação Viva o Centro em 1992, o centro encontrava-se num processo praticamente irreversível de esvaziamento econômico desde os anos 80. Um dos empecilhos para uma retomada seria a dificuldade de estacionamento e de acesso por veículos [particulares], a partir da implantação dos ‘calçadões’. São apon-

tados também a insegurança que caracteriza a região [...] [A Adviser vincula essa insegurança à disponibilidade de áreas para ‘desocupados de toda espécie’] e o insuficiente policiamento ostensivo. Na ocasião do estudo [1992] o valor médio do metro quadrado no centro correspondia a 25,4% do valor da avenida Paulista, 34,8% do valor dos Jardins e 35,5% do valor da Marginal do Pinheiros” (Silva, 2000).

Deste parcial ponto de vista, não resta dúvida de que na década de 1980 o centro acelerou sua deterioração. Contudo, para muitos — moradores, trabalhadores, transeuntes, ONGs, movimentos sociais, órgãos públicos, agentes privados — ele é muito mais do que apenas valor de troca que segue a lógica do lucro, não raras vezes de cunho eminentemente especulativo. Ele é também valor de uso, local de trabalho e de moradia, espaço de luta pela apropriação de benefícios urbanos, fulcro reivindicativo para o acesso a bens e serviços — sobretudo habitação digna —, necessários à vida nas cidades.

Tabela 1
POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS NOS DISTRITOS CENTRAIS
Município de São Paulo, 1991-2000

Distritos	População ⁽¹⁾			Domicílios ⁽²⁾		
	1991 (A)	2000 (B)	B/A%	Total (A)	Vagos (B)	B/A%
Barra Funda	15.977	12.955	18,9	-	-	-
Bela Vista	71.825	63.190	12,0	33.848	8.846	26,1
Belém	49.697	39.622	20,3	-	-	-
Bom Retiro	36.163	26.598	26,4	10.807	2.488	21,4
Brás	33.536	25.158	25,0	11.622	3.270	28,1
Consolação	66.590	54.301	18,5	-	-	-
Cambuci	37.069	28.717	22,5	-	-	-
Liberdade	76.245	61.875	18,8	29.392	7.177	24,4
Mooca	71.999	63.280	12,1	-	-	-
Pari	21.299	14.824	30,4	5.817	1.414	24,3
República	57.797	47.459	17,9	-	-	-
Santa Cecília	85.829	71.179	17,1	36.171	9.611	26,6
Sé	27.186	20.115	26,0	11.410	3.689	32,3
Total	651.212	529.273	18,7	139.067	36.495	26,2

Fontes: (1) IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000; (2) *Revista URBS*, 2000.

O centro possui boa oferta de serviços coletivos, é comercialmente dinâmico e atrai diariamente milhões de pessoas. É também local de polarizações e, por conseguinte, de conflitos pela apropriação do espaço. Neste sentido, vale ressaltar que, não obstante o decréscimo populacional, estima-se em torno de 36 mil o número de moradias vazias, nos treze distritos, sem contar os imóveis desocupados, comerciais e de escritórios, alguns nada desprezíveis, pois “no início de 1999, o Fórum dos Cortiços tinha identificado 180 prédios de grandes dimensões” (Bonduki, 1999: 4).¹

CORTIÇOS: ATUALIDADES .

O dicionário Aurélio ressalta que “[...] cortiço quer dizer caixa cilíndrica, de cortiça, na qual as abelhas criam e produzem mel e cera e, por analogia, habitação das classes pobres”. Outras designações: “cabeça de porco”, “casas de cômodos”, “pensões”, “fundo de quintal”, “moquifo”, “mocó”, “maloca” (Veras, 1999: 3). Ou ainda: “estância”, “zungu”, “hotel”, “hospedaria”, “vila”, “estalagem”... (Piccini, 1999: 22).

A reviravolta na condição de moradia em São Paulo ocorreu no percurso dos anos 1940; na década seguinte os domicílios de aluguel representavam ainda 58% das unidades habitacionais da capital, vinte anos depois a proporção cai para 38%, em 1990 corresponde a 29%, e, no final do século, a apenas a quinta parte das moradias da cidade. Os habitantes em cortiços, por sua vez, em momentos mais atuais, englobavam 18% dos moradores do Município em 1961, 8% em 1968, 9% em 1975, decrescendo para 6% em meados da década de 1990, conforme aponta a Tabela 2.

A definição de cortiço é complexa, pois a caracterização de casa de cômodos precária de aluguel envolve situações diversas de habitabilidade. Atenho-me à definição oficial, ou seja, à lei municipal urbana de São Paulo, que o define da seguinte forma:

”[...] unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características: (a) constituída por uma ou mais edificações; (b) subdividida em vários cômodos, subalugados ou cedidos; (c) várias funções exer-

¹ A estimativa de domicílios vagos varia: a Prefeitura aponta 45.464 domicílios particulares vagos, 17,5% do total existente em treze distritos centrais (Prefeitura do Município de São Paulo, 2004: 7).

cidas no mesmo cômodo; (d) acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias; (e) circulação e infraestrutura, no geral precários; (f) superlotação de pessoas” (Lei Moura, 1991, *apud* Piccini, 1999: 24).

Tabela 2
CRESCIMENTO POPULACIONAL E CONDIÇÃO DE MORADIA
Município de São Paulo, 1900-2000

Anos	População		Número de domicílios (%)				
	Habitantes	TIG**	Casa própria	Aluguel	Cortiço	Outros	Favela
1900	240.000	13,96	-	-	-	-	-
1906	370.000*	9,03*	-	-	33,0 ^(a)	-	-
1920	580.000	4,51	19,0	80,0	66,0	1,0	-
1940	1.340.000	4,23	25,0	69,0	-	6,0	-
1950	2.100.000	5,18	38,0	58,0	-	4,0	-
1960	3.800.000	5,58	41,0	54,0	18,0 ^(b)	5,0	0,5
1970	5.900.000	4,59	55,0	38,0	8,0 ^(c)	8,0	1,1
1980	8.600.000	3,67	51,0	40,0	9,0 ^(d)	9,0	4,4
1991	9.600.000	1,16	53,0	29,0	-	18,0	9,2
2000	10.300.000	0,78	59,0	20,0	6,0 ^(e)	21,0	11,2 ^(f)

* Estimativa do autor; ** Taxa de Incremento Geométrico.

Fontes: (a) *Fanfulla*, 1906; (b) Langenest, 1961; (c) Plano Urbanístico Básico, PUB, 1968; (d) Prefeitura Municipal de São Paulo, 1975; (e) Prefeitura Municipal de São Paulo, 1996; (f) Centro de Estudos da Metrópole, CEM, 2000. Demais números: IBGE, Censos Demográficos. O detalhamento dos processos demográficos é desenvolvido no capítulo 7.

Estimou-se em 600 mil pessoas em 1993, cerca de 6% da população do Município, concentradas na Sé (19%), Mooca e Vila Prudente contando com cerca de 9%, mas também nos anéis exteriores da cidade, Freguesia do Ó com 7%, e nas periferias com, respectivamente, 9% e 7% em Santo Amaro e Campo Limpo (Prefeitura do Município de São Paulo, 1996: 8 ss.).² Os dados indicam que 46% das moradias foram construídas com a finalidade

² Esse número é considerado subestimado pelo poder municipal (Prefeitura do Município de São Paulo, 2003: 27). Algumas lideranças de movimentos sociais avaliam em 1 milhão de pessoas morando em cortiços no MSP.

de serem cortiços, cujas condições falam por si: a média dos domicílios é de 11,9 m², correspondendo a cada pessoa 4,1 m². Acrescente-se: 2,9 indivíduos por domicílio, 2,5 por cômodo, 5,9 por sanitário, 6,3 por chuveiro, 9,3 por pia de banheiro, 6,2 moradores para cada tanque de lavar roupa. Ainda mais: 34% dos cômodos sem janela externa, nos quais são frequentes goteiras e umidade. A quarta parte de seus habitantes com menos de quinze anos, 15% são crianças com até seis anos, mais sujeitos às doenças respiratórias. Mais ainda: 17% vivem só, igual montante está desempregado, 23% vendem sua força de trabalho sem carteira assinada e 18% trabalham por conta própria, principalmente nos serviços, e pouco mais da metade ganha até dois salários mínimos por mês. Em suma: dois quintos vieram da assim chamada casa unifamiliar, quase metade de outros cortiços, 40% moram no local há menos de um ano, para a maioria o contrato é verbal, viabilizando a condição de inquilino, pois as camadas pobres dificilmente têm a alternativa de uma locação com contrato formal. Habitar em cortiços apresenta vantagens. A maior delas é estar “perto de tudo”, pois quase metade dos seus habitantes vai a pé e três quartos gastam menos de trinta minutos para chegar ao local de trabalho (Kohara, 1999: 89-91). Por outro lado, as desvantagens apontadas residem nos problemas higiênicos decorrentes dos “banheiros coletivos”, da “presença de ratos e baratas”, “falta de espaço” e dos “vizinhos”, particularmente do fato de o lixo “não [ser] adequadamente embrulhado e no lugar apropriado” (CEDEC, 2000: 23).

Negócio imobiliário que apresenta larga margem de lucro, o cortiço constitui investimento bastante atrativo, fenômeno que vem desde os tempos do Segundo Império, época em que o Conde d’Eu possuía vários deles e, por isso, era chamado de “Conde Cortiço”. Trata-se de portentoso negócio, posto que, a preços de 1993, o somatório dos aluguéis atingia o não desprezível montante de 5,5 milhões de dólares mensais (Piccini, 1999: 83). Não é por outra razão que muitos são remodelados ou construídos para essa finalidade, colocando seus moradores em uma situação de promiscuidade que só pode ser danosa à saúde física e mental. Vou insistir neste fenômeno extorsivo: 52% dos rendimentos mensais são gastos com moradia, enquanto o metro quadrado dos cubículos é em média 34% mais alto do que o aluguel residencial em São Paulo.

Sem dúvida, as desvantagens deste tipo de moradia são inúmeras e, por isso, especialistas na área de saúde pública afirmam que o cortiço, muitas vezes caracterizado por cômodos sem janelas externas, situados nos porões, úmidos, sujeitos a infiltrações, constitui a forma mais danosa de habitar. Resta a questão: por que centenas de milhares de pessoas insistem em viver

em condições de moradia extremamente adversas? Antes de abordar essa questão é preciso enfatizar que a condição de vida nos cortiços, não obstante o quadro geral de precariedade, é bastante diversa. De fato, é muito diferente habitar em dois cômodos, cozinha e banheiro com mais duas pessoas do que morar com mais familiares em abafado e úmido porão, no qual se enfileiram os cubículos, o barulho dos vizinhos é intenso e a fila para uso do banheiro longa e demorada. Malgrado a situação de pobreza ser também diversa, sobressai uma ponderável fatia que veio de outro cortiço e está na moradia atual há pouco tempo. Os dados das pesquisas quantitativas e as entrevistas realizadas indicam que mais da metade de seus moradores migram de cortiço em cortiço, seja porque possa ter havido alteração do local de trabalho, ou porque, o que é mais provável, algum evento no local de moradia fez com que a pessoa procurasse outra casa de cômodos para habitar, mantendo a decisão de continuar a viver nas zonas centrais da cidade.

Algumas vantagens existem por parte daqueles que fazem as escolhas. Elas são sempre comparadas a outras modalidades de moradia que se resumem às favelas e às casas autoconstruídas nas distantes periferias da capital. Considero que um dos pontos edificadores das alternativas reside exatamente nas distâncias. Distâncias do quê? São várias e a principal é a proximidade da oferta de emprego assalariado, com ou sem registro, e a possibilidade de desempenho de múltiplas tarefas através da venda de inúmeros produtos nas centenas de ruas e esquinas de São Paulo. Há também o trabalho em domicílio nos serviços domésticos e de higiene. As zonas atacadistas que circundam o Mercado Municipal congregam as assim chamadas “camas quentes”, nas quais se dorme por turno de oito ou doze horas. Pelas ruas, praças e viadutos, milhares de ambulantes legalizados ou não pelos órgãos da Prefeitura, autônomos ou conectados a lojas de pequeno ou médio porte, em constantes conflitos com os fiscais, a quem precisam frequentemente corromper, vendendo também produtos contrabandeados, disputando pontos e pagamento por eles a verdadeiras máfias. Vendem de tudo um pouco: óculos, relógios, rádios, cassetes e CDs, camisetas, sapatos e tênis, frutas, espetinhos de carne, raízes ou ervas para emagrecer, para insônia, cansaço, contra mau-olhado, para arrancar o capeta, para reumatismo, gota, tosse, alergias e dores de todos os matizes e, obviamente, para o apetite sexual, o infalível pó de cobra em várias doses semanais ou diárias. Antes existiam luxuosos cinemas, agora transformados em várias salas que, desde cedo, exibem filmes pornô. Na Aurora, a Boca do Lixo; nas imediações da General Jardim, a Boca do Luxo, com seus stripteases; na República, os travestis; na Sé, os trombadinhas; e, ao lado dos concertos da Sala São Paulo na Júlio

Prestes, a desumanidade da Cracolândia, recentemente espalhada, pois os consumidores se encontram em vários locais do centro.

O centro é tudo isto e muito mais: é vaivém alucinado, local com vasto leque de empregos, das pessoas-placares ofertando serviços baratos e tomadores de conta de automóveis até as dezenas de milhares de balconistas, as inúmeras oportunidades do trabalho autônomo permanente ou ocasional. Mas há outras distâncias reais e simbólicas: a da quietude e da solidão das periferias, onde de noite nada acontece. São Paulo não tem mais garoa, nem as matinês de domingo no Cinema Pedro II, no ainda não remodelado Vale do Anhangabaú. Ladeira acima havia o Automóvel Club, onde também se jogava xadrez; atrás do Teatro Municipal, o elegante Hotel Esplanada e a Casa Degoy; na frente, o Mappin Stores, hoje transformado em grande loja popular. Mas sobra muito, já que o centro tem movimentada vida noturna com inúmeros bares, restaurantes e hotéis, campo aberto para infinitos encontros, onde também se localizam dezenas de creches, postos de saúde, escolas de primeiro e segundo grau, várias faculdades privadas, e alguns hospitais como o da Santa Casa de Misericórdia, universidade com suas alas antigas e modernas e alguns dos melhores professores-médicos de São Paulo para atender à população.

As periferias são distantes disso tudo: empregos formais significam horas de ônibus, mais o trajeto a pé, e, quando chove, é aquela lama que não pode ser vista no local de emprego. A escola é longe e, na medida em que as crianças crescem, fica cada vez mais longe. E aí o perigo também aumenta, com a presença de drogas e de um código de honra que mata por motivos aparentemente banais (Paes Manso, 2003). Essa é a grande distância vista pelos moradores dos cortiços: a favela ou a casa de periferia é local de assaltos, onde ninguém pode andar sozinho, lugar de bandidagem e muitos homicídios. Lá falta emprego, serviços e equipamentos públicos de saúde e de educação, e não há o borbulhar prazeroso que o centro oferece para as pessoas que querem se distrair longe do aparelho de televisão.

ETNOGRAFIA DO CORTIÇO JOAQUIM MURTINHO,
NO BOM RETIRO

“‘Cortiço’, discriminação pejorativa para os que veem de fora, a partir do bairro, ‘habitação coletiva’, avaliação do linguajar técnico da Prefeitura, é ‘pensão’ e ‘casa de cômodos’, na fala aparentemente neutra dos seus moradores.”

(Furtado, 1995)

“A vantagem está sempre no centro; é tudo no centro”, é uma fala de todos os entrevistados. Essa positividade diz respeito às disponibilidades das áreas centrais, onde existem vantagens sempre comparadas com o passado ou com outros locais de moradia em São Paulo. O passado varia em função das diferentes trajetórias de vida e dos problemas enfrentados: quanto à moradia, a percepção, via de regra, é que, apesar dos pesares, se “está melhor”. A comparação espacial reside nas possibilidades de moradia para as camadas pobres: a favela ou a casa, ambas nas periferias distantes, também chamadas de “vilas”. Essas modalidades de habitação são avaliadas como “não lugares” em termos de oportunidades de vida, local de “barro amassado” nos dias de chuva: falta trabalho, o acesso a serviços públicos de transporte, educação, saúde, saneamento e lazer é precário, e a presença da violência continua bastante elevada.

PERSONAGENS DO JOAQUIM MURTINHO

	Helena	Ediulza	Os Severino
Idade	45	34	35
Escolaridade	2º grau completo	Semi-analfabeta	1º grau incompleto
Mora com mais	4 pessoas	5 pessoas	3 pessoas
Renda total	R\$ 1.500	R\$ 350	R\$ 1.960
Renda per capita	R\$ 300	R\$ 70	R\$ 490
Moradia anterior em SP	1 cortiço	1 cortiço 1 apto.	1 cortiço
Tempo de moradia atual	11 anos	8 anos	Poucos meses

Contudo, na medida em que os pesquisadores ganhavam a confiança dos entrevistados, e passavam a ser personagens de uma história, as conotações da vida em cortiço ganharam os conteúdos de um cotidiano no qual é

necessário suportar a presença de outros em espaços extremamente próximos e exíguos. Assim é frequente ouvir: “É muito humilhante, aqui ninguém vive, todo mundo convive: é um barraco no meio de um cortiço. Lá no apartamento há sociedade e brincadeira, aqui é o corticeiro, morador de caverna que vira bicho”.

Helena é a líder e há onze anos mora no número 250. Impulsiona o processo de usucapião das duas casas, com a assessoria do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. É também ela quem, com apoio da Pastoral da Moradia e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), interpela judicialmente os proprietários contra as ações de despejo. Por outro lado, fundou junto ao Fórum dos Cortiços a Associação Comunitária da Rua Joaquim Murtinho “21 de Novembro do Bom Retiro”, data que se refere ao dia em que os proprietários, com suporte jurídico, bloquearam a entrada de uma das casas, o que fez com que muitos dos seus inquilinos tivessem de deixar o local. Para evitar a entrada de estranhos, os que permaneceram demoliram um dos casarões. A “21 de Novembro” negocia com órgãos da Prefeitura e do Governo do Estado a demolição dos casarões e sua substituição por prédios de apartamentos.

A história do imóvel e sua condição atual estão diretamente ligadas a atuação de Helena, que lá está há onze anos: 45 anos, pernambucana de Camutanga, é quem procura ordenar o dia a dia, escolhendo os que ficam ou saem e aqueles que não podem entrar. É a liderança que leva adiante a luta para obter a propriedade das duas casas: “embaixadora de Camutanga e Timbaúba”, “Rainha do Cortiço”, “mistura de leão com raposa”, “mãe de todos” são algumas das denominações que os moradores lhe atribuem. Sua moradia tem 129 m², cozinha, sala, dois quartos, banheiro, quintal com tanque, mas serve de passagem para outros moradores. Possui todos os eletrodomésticos, inclusive TV de 29 polegadas ligada a uma rede a cabo. Com ela estão três filhos, Leonardo, Hélio e Angélica, e mais uma dependente, Patrícia. Todos contribuem para as despesas da casa e a renda familiar atinge R\$ 1.500, parte proveniente da aposentadoria por invalidez da “Rainha do Cortiço” e dos bicos de costura e venda de produtos de beleza que nunca deixou de fazer.

Seu sonho? “Construir uma família digna, mesmo morando em cortiço.” De fato, não obstante sua satisfatória condição habitacional, Helena identifica sua moradia como cortiço: “Até hoje, onde estou morando, nesse conjunto de moradias que a gente convive, casas coletivas, porque estou vivendo em conjunto. Nunca se sabe: é muita briga e muita gente que não se conhece direito, criançada apanhando, pai alcoólatra. No passado tinha mais

problemas. Às vezes os vizinhos chamavam a polícia. A gente está sempre com a porta fechada. Aqui ninguém tem privacidade. Você não pode usar um roupão, que o homem te quer. Então tacava pedra mesmo, até tirar os moradores ruins e só ficar os bons”.

Sua luta para conseguir uma “família digna” vem de longe. Professora primária na pequena cidade onde nasceu, aos dezoito anos casou-se com Diniz. E daí? “Daí pra frente só tristeza: tinha mesmo umas amantes e a mulher fica humilhada com isso. Eu perguntei pra ele se tudo era verdade e acabei tomando uma bofetada na cara. Duas vezes humilhada. Sofri muito. Vergão no ombro, hematoma no pescoço, sempre tive reumatismo e tudo se juntava. E depois de um tempo em paz, você desacostuma e um soco dói mais; você perdeu o orgulho que tinha de você. Tudo de novo. Quase me matou. Eu precisava respirar.”

Separa-se do marido e vem para São Paulo com a filha Angélica e a irmã Salomé. Por meio de amigos conterrâneos, aluga um quarto: “Achei ali muito humilhante. Viver em lugar apertado, sem janela, junto com todo tipo de cabra. Eu nem queria pisar no chão. Tomava muito cuidado pra Angélica não pegar doença. Como o banheiro era muito sujo, nós fazíamos tudo no quartinho mesmo. Juntávamos nossas necessidades num saco pra jogar no banheiro. Os vizinhos reclamavam do cheiro, mas era melhor do que ir ao banheiro coletivo. Lá tinha fezes na parede, muito papel higiênico jogado no chão e uma espécie de catarro na parede. A casa era mesmo tão suja que ninguém era gente, era tudo bicho. Minha filha não ia virar bicho não. Então foi por isso que mandei a menina pra Pernambuco: é melhor ficar perto do pai, aquele safado, do que virar bicho nesse lugar que não é de bem”.

Com um aumento de salário, muda-se: “era úmido, mas não era fedido e eu poderia ir no meu banheiro. Sem um espaço privado não dá”. Na época, trabalhava com carteira assinada na confecção: “Não foi difícil não. Entrei na primeira fábrica que tive indicação e na mesma hora comecei a trabalhar”. Com a ajuda dos patrões consegue “comprar as chaves” no 250 da Joaquim Murтинho. Tinha havido um incêndio que não causou muitos danos. Amigos e parentes trabalharam em mutirão durante três meses limpando as paredes e reformando os quartos: “Falei pra todo mundo que aqui seria o lar de todos, uma embaixada. Em cortiço a gente aprende a não se gostar porque não tem privacidade. Mas eu usei a casa e minha história pra unir o povo. Todo mundo trabalhava pra arrumar isso aqui”.

Em 1990, realiza seu primeiro grande sonho: busca os filhos para virem morar com ela. “Construir uma família digna, mesmo morando em cortiço.” Começa a sua segunda luta, que é a obtenção da propriedade do

nuela, cinco e Lucas com quatro. Os mais velhos estudam em colégio próximo, e Ana Paula começou a trabalhar como vendedora em uma loja nas cercanias. Ediulza veio para São Paulo em 1987: “Lá eu tinha moradia, mas não tinha emprego. Aí não adianta. Falavam em pensão, só que a gente não tem noção do que é pensão. Só quando chega é que a gente tem noção: como é que pode dormir e cozinhar no mesmo quarto. As casas de lá têm sala de jantar, que é separada, sala da frente, tem a cozinha. Faz a comida na cozinha, vai pra sala de jantar. Todas as casas lá têm, até as casas pequeninas do sítio são assim. E aqui?!”.

Casada desde os dezoito anos com um conterrâneo, separou-se dele porque “começou a envolver-se com a mulherada e, dessa época pra cá, até hoje, é sempre a mesma coisa”. Só uma vez pronunciou o seu nome, Vicente. Ele fez carreira rápida: faxineiro, porteiro, zelador com carteira assinada em um prédio. Toda a família vivia lá: “Viver dentro da sociedade é outra coisa. Tem muita diferença a gente conviver com uma pessoa de sociedade e de repente ir pra baixo”.

O momento da separação foi o mais difícil. Uma amiga ajudou. Moraram três meses em uma invasão no centro, na época com três filhos: “Ela era quem trabalhava pra dar tudo, porque nessa época eu estava sem trabalho. Ele não dava nada. Ela e meu irmão é que deram a maior força”. Ameaçou entregar os filhos ao SOS Criança. Diante disso, o marido e um irmão deram o dinheiro, e então “a gente comprou a casa”. Na realidade, comprou as chaves, ou seja, a posse de dois cômodos na Joaquim Murtinho, onde passou a morar em 1983: “Era horrível! Parecia uma caverna. Os meninos morriam de medo. Não queriam entrar no banheiro pra tomar banho, ficavam sempre em cima da cama. O telhado, a metade era umas madeiras que, quando chovia, a chuva caía no chão da cozinha”. Aos poucos foi reformando, construiu outro cômodo e um banheiro com a ajuda de parentes e conterrâneos. Tem os eletrodomésticos necessários, inclusive três televisores, não raras vezes todos ligados. Paga R\$ 80 por mês pela conta de luz e R\$ 40 pela água. Quantia elevada para quem, com cinco filhos, recebe raramente ajuda do marido e ganha R\$ 400 quando consegue fazer hora extra na fábrica de biquínis da proximidade, onde está registrada como embaladeira: “Trabalhar com carteira também é muito bom, quando você tem carteira é gente”.

Antes de morar no apartamento enquanto o marido era zelador, Ediulza habitava outro cortiço, quando a família chegou a São Paulo, onde alguns irmãos e primos já viviam. Ficavam nove adultos e duas crianças num só cômodo dividido por tapumes, formando minúsculos cubículos: seu marido no chão e ela em uma cama com as duas filhas: “O quarto que eu dormia só

imóvel pelos seus moradores: “Pela paróquia construí uma relação com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Mandamos ver um processo de usucapião contra os proprietários das casas aqui. Nesse aí estamos faz uns dez anos. Depois vi que não dava jogo. Os proprietários têm mais direitos que nós. Mandei ver uma contra-ação contra as ações de despejo. Estamos junto com a Pastoral da Moradia e a OAB. Com essa história, já ficamos com cinco anos de luta. Aí, por último, tem a Associação Comunitária da Rua Joaquim Murtinho ‘21 de Novembro do Bom Retiro’. O dia mais marcante da minha vida. Nesse dia me separei, fiquei internada num hospital de louco e fui despejada. Pelo despejo, chamo ‘21 de Novembro’”. Através da Associação, liderada por Helena, os moradores negociam com os proprietários a compra do terreno através da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do Governo do Estado): “Não sei se vai funcionar. Eu moro aqui, luto aqui. Eles querem trazer gente de fora para cá. E o povo daqui como fica? Eu não quero sair do centro. Quando cheguei e fui morar naquele lixo, eu me rebaixei. O que não quero é voltar pra lá. Então pode tirar o cavalo da chuva. Não dá pra priorizar o movimento contra os habitantes da Joaquim Murtinho. Primeiro nós, depois o resto. Não dá pra dar a nossa luta pra quem mora na Bela Vista, no Brás”.

E depois do despejo, como ficou? “É muito sofrido. Despejo é fogo, vem polícia, eles passam concreto nas casas. Todo mundo tira tudo com muita dor, nem pode tirar tudo, porque nem dá tempo. Mas eu sou de luta. Por isso só eu fui autorizada pelos proprietários a voltar aqui pro 250. Aí eu deixei as pessoas que confio mais também voltarem aqui. Se não viesse logo, outros safados entravam aqui. Então entrei. Mas precisei derrubar as casas lá de trás. Foi a condição do dono. Mas, no fundo, todo mundo que mora aqui agora é boa gente.”

Helena já tem os filhos por perto. Quer realizar o segundo sonho. Mas não é em qualquer lugar: o bairro da Luz é local “perigoso”, “despudorado”, “de vagabundo”, “de prostituta”. Ao contrário, o Bom Retiro é o “céu”, “calmo”, “seguro”, “de família”: “Eu não penso em sair do centro. Na favela só tem maloqueiro e ladrão. E morar em bairro afastado é burrice. Não tem nada de bom lá. Só pobreza e falta de emprego, falta de tudo”.

Decidida, corajosa, obstinada, com ideia fixa, internada para tratamento psiquiátrico mais de uma vez, as ideias “martelam” na sua cabeça: Helena lutou pelos filhos e batalha pela casa que almeja. “Sem casa, ninguém é homem, é bicho que fica dali pra cá.”

Ediulza também é de Camutanga: 34 anos, semialfabetizada, cinco filhos: Ana Paula, com dezesseis anos, Jaqueline, quinze, Pedro, treze, Ema-

cabia a cama de solteiro e a geladeira. No outro quarto só cabiam dois beliches e ficava um meiozinho onde a gente passava. Ali ficavam os sete rapazes... eu ficava apavorada. Os meninos não saíam, olhavam o povo passando no corredor, tinham medo, porque as pessoas falavam muito alto, eles choravam muito quando viam as pessoas brigando”.

Ediulza tem fala calma e, no seu conformismo, parece saber das coisas. Sabe que dificilmente poderá comprar um apartamento se o governo comprar o imóvel, como pretende a vizinha, a “Rainha do Cortiço” Helena: “Acho que não, porque uns falam que pra ficar no CDHU tem que ganhar R\$ 900”.

Morar no centro? “O povo do Bom Retiro é mais bem-educado porque aqui tem muita gente de sociedade; na periferia não tem não, porque lá é muito longe, não tem sociedade: só invasão. Ruim mesmo é a favela. Como pode viver assim todo mundo junto? Lá é só tiroteio, morte. Ser de sociedade é não usar droga, não ser violento, e também ter uma moradia digna. É ser gente, trabalhar com a carteira assinada”. Na sua quietude, Ediulza diz: “Meu sonho é que meus filhos virem gente mesmo. Sem ser corticeiro, sem ser pouco estudado. Porque é preciso ser de sociedade, né?”.

A família Severino é formada por três irmãos, José, 35 anos, Paulo, 25, João, 23, e o primo Anésio, com a mesma idade de João, todos de Assaré, pequena cidade vizinha a Crato, no Ceará. Lá completaram o curso primário. O mais velho ganha R\$ 700 e os três outros R\$ 1.000 no total, ao que se deve acrescentar uma comissão de R\$ 450 a cada dois meses. Profissão: “Seguranças privados licenciados”, a serviço do Barbicha, dono de vários estabelecimentos na área central de São Paulo, envolvido em contrabando e roubo de carga nas Rodovias Dutra e Régis Bittencourt.³

“Nós já moramos em oito cômodos, eu acho: aqui é um barraco no meio do cortiço, mas é o melhor.” Trata-se de uma construção de madeira no primeiro andar, que mede cerca de 20 m², com uma janela externa, sem cozinha, banheiro, tanque ou pia. No cômodo há quatro colchões no chão, caixas que servem de guarda-roupa, várias fotos de mulheres nuas e os símbolos do Corinthians e do São Paulo.

³ O mais velho, José, chefe da família, não participou das entrevistas. Ao contrário, desencorajou os outros a falarem. “O Zé falou pra gente não comentar muito essas histórias de trabalho. Então só te digo que mudar de um lugar pro outro é só pra desbaratar as perseguições.” Várias entrevistas foram desmarcadas e a última que deveria ser gravada não foi realizada, pois os Severino deixaram o cortiço antes do dia combinado. Portanto, as falas advêm de anotações feitas logo após as entrevistas. Como estas sempre foram feitas em conjunto e as opiniões se acrescentam em torno dos temas propostos, consideramos oportuno não diferenciar as falas.

Sempre moraram juntos em um pequeno sítio, “um monte de terra seca: nós só passamos fome lá. Lá você sofre demais. É uma dor muito forte. Não dava nada de colheita do ‘téquinho’ de chão. Aí viramos segurança”. José saiu na frente. Foi para Crato buscar trabalho, onde tinha começado a haver muitos assaltos: “Ele é um cara tihoso e viu que tinha pouca gente de segurança. Fizemos um curso de tiro e compramos uma licença de guarda na polícia. Nós somos fortes, ninguém mexe não”. E como era o serviço lá? “Tem jeito não: começa a prestar serviço pra um cara e ele começa a ficar seu amigo. E quando o cara passa um outro ou manda passar, você sabe quem matou, quem morreu. Você vira bode do cara, e se querem o cara, te querem também. Com nós não tem problema, mas com a mãe, o pai, como fica? Eles nem trabalham de carrega ganha-pão”.⁴

O serviço exige a troca constante de residência e assim perambularam durante três anos em cerca de dez cortiços, sempre na área central, onde o patrão tem seus negócios.

“Nós já moramos em tudo que é lugar. O Barbicha nos bota aqui porque é barato, é perto dos depósitos. Mas é muito humilhante. Outro dia tinha um cara batendo numa mulher. Eu tive que pegar o ganha-pão. Sempre tem criança apanhando também. E o banheiro único? Quando um cara vai lá... você sabe! Aí ele deixa sujo e você tem que ir pro trampo. Aí você coloca a camisa no penduricalho e ela cai no chão: sua roupa está toda mijada. Depois de três dias que isto ocorreu, peguei o cara e porrei ele todo. Aí tivemos que mudar”.

E aqui no Joaquim Murtinho? “Aqui também é muito ruim. Acho que pouca gente imagina o que é ter que usar um lugar de intimidade com todo mundo. Eu faço assim: quando estou na rua, vou lá no McDonald’s. É duro você trazer uma mina pra este barraco. E se ela quiser tomar um banho? Mulher é toda vaidosa. Nunca tive em São Paulo um banheiro próprio.”

E a vida por aqui? “Aqui em São Paulo, ninguém é gente ou é gente demais. A vantagem é que não tem nem mãe nem pai pra correr risco de vida. A única coisa boa do cortiço é que é aqui no centro. Eu vejo no Datena que na periferia todo mundo é ladrão. Na favela é bem pior. Pior que cortiço é só favela e bairro longe.” “Favela é lugar de bicho da sujeira” e a periferia é “cara pela distância, lugar sem nenhuma infraestrutura. Também é muito complicado: é tiro pra tudo que é lado”.

⁴ “Bode” é cúmplice; revólver, conforme sua utilização, significa ganha-pão, ferramenta, máquina, berro, trabuco ou desgostoso, nestes dois últimos casos quando causa sofrimento de morte.

Na penúltima entrevista, escapou a pergunta: “Vocês têm porte de arma?”. “Não! Mas você tem porte de caderno?” A réplica: “Mas ninguém machuca ninguém com caneta e caderno”. E os Severino respondem: “Epa, mas aí é trairagem... Você está dizendo que nós somos matador? Deixa eu deixar claro. Aqui todo mundo trabalha assim, fazendo cobrança, dando respeito ao Barbicha, fazendo um ou outro trampo. Mas nós somos da alta. Quem faz esse serviço aí que você falou é a baixa, a ralé. Não rola isso. Ninguém pode ver a gente sujando a mão. Aí o Barbicha perde o respeito. Aqui ninguém é matador: é só pra dar respeito, introduzir um blá. Mas também o Barbicha é meio ralé. É tudo peixe pequeno. Agora vamos parar por aqui, porque aí...”.

Última entrevista: “Eu, se podia, saía dessa vida. Porque ter que segurar o berro é um perigo. Porque o revólver traz esse desgosto pra quem carrega e pra quem atira. Aqui ninguém pode reclamar do ganha-pão, porque é essa máquina que traz o sustento. Ninguém aqui tem estudo... é tudo bruto. O berro é que nem uma máquina; tem gente que vê o berro como berro, aí atira que nem chuta bola. Pra nós não: é a introdução, pra uma de resolver um papo com o devedor. Não é trabuco! É ferramenta mesmo”.

Os Severino gostariam de uma vida melhor: “Preferia outra vida, ter uma casa, ser mais honesto aí na profissão. Não que nós sejamos desonestos, mas também não é certo. Aqui todo mundo tem vergonha, mas é o que põe o cascalho em casa. Eu queria trabalhar em escritório, ter estudo, família. Mas aqui é tudo matuto mesmo”.

Quartos apertados, sem banheiro, pia, cozinha, sem paisagem: “Nós saímos do Ceará com dificuldade e viemos pra cá e aqui só moramos em lugar lixo mesmo. Eu chorei mesmo, porque é muito triste você não ter um lugar seu, sem gente na sua orelha, sem ouvir bater em criança, sem sofrer com as brigas o tempo todo. Aqui ninguém tem seu espaço: aqui ninguém tem vida, todo mundo convive”.

ÁREAS CENTRAIS:

ESPAÇOS DE DEBATES E EMBATES

Foi ressaltado que as áreas centrais foram relativamente relegadas pelo poder público, que canalizou investimentos para outras regiões da cidade. Houve a saída de grupos mais abastados, a migração das sedes das empresas e a popularização do comércio e dos serviços, ao mesmo tempo em que a mendicância e os moradores de rua apareceram de maneira expressiva, os

assaltos tornaram-se frequentes, alguns locais transformaram-se em pontos permanentes de venda e consumo de droga, e a imagem de sujeira e periculosidade passou a ser fortemente associada ao cotidiano imperante no centro. O aumento do número de ambulantes, muitos não cadastrados, na medida em que dificulta a circulação de pessoas, leva ao acúmulo de lixo, compete com o comércio estabelecido, representa uma evasão fiscal e também a venda de produtos contrabandeados. Isso potencializou imagens que se alimentam da ideia de desordem: para alguns discursos e práticas, o ordenamento da região passa pelo empenho em controlar seus espaços:

“[...] especialmente na escala em que se verifica na área central de São Paulo, o comércio informal de rua acarreta a degradação do espaço público e o aumento dos problemas ligados à segurança, uma vez que a ocupação desordenada dos logradouros públicos dificulta o policiamento” (Favero, 2003: 19).

Em contraposição à abordagem que equaciona a recuperação do centro pela priorização da questão da limpeza, da segregação e da higiene, os movimentos sociais reivindicam a ocupação destes espaços apoiados na existência de imóveis vazios, e, assim, centenas de milhares de pessoas que moram em cortiços, hotéis, pensões e apartamentos precários, para não falar naqueles que habitam nas ruas ou em abrigos públicos, pleiteam sua ocupação. Diante da enorme oferta de empregos e da facilidade de acesso a eles, desenvolvem falas e atuações baseadas em uma concepção de reforma urbana ligada aos direitos de cidadania. A cidade deveria ser franqueada também para as camadas pobres da população:

“A reforma urbana é a luta por um centro como lugar do povo, do direito à moradia, à cidade, à cidadania, um centro aberto e democrático e não um centro de repressão, de expulsão, de exclusão e de limpeza social” (Fórum Centro Vivo, 2004: 2).

Vale ressaltar que em pesquisa preliminar realizada entre 2005 e 2006, com lideranças de sete organizações que atuam no centro, todas elas se posicionaram a favor da afirmação antes citada, e quando se perguntou a quem ela se opunha, as respostas foram: “grandes empresários”, “Prefeitura”, “Governo Estadual” e a Associação Viva o Centro, tida como “caos”, “burguesia total”, “elitista”, “ligada aos bancos”, “que visa tirar os pobres do centro” (Kowarick, 2007). Ou seja, de um lado, ênfase em limpeza, contro-

le e policiamento; de outro, a priorização da função social da propriedade e a ocupação de edifícios que se encontram vazios por parte daqueles que querem exercer o direito de viver nas áreas centrais. Nesse sentido, a maneira de ocupar os espaços da cidade é essencialmente política, e em dois sentidos: na acepção de que deve ser objeto primordial das políticas públicas (*policies*) e, sobretudo, de que nela se estruturam interesses diversos e, por vezes, antagônicos, que procuram mobilizar forças para levar adiante suas reivindicações (*politics*).

Um conjunto interligado de fatores tornou a área central fulcro de embates e debates. Inicialmente, cabe mencionar a atuação da Associação Viva o Centro, entidade civil criada em 1991 e capitaneada pelo Bank Boston, que conta com o apoio de várias entidades, entre as quais a Bolsa de Valores e a de Mercadorias, além de outros bancos, grandes escritórios de advocacia e lojas comerciais. Define-se como uma “usina de ideias” e, enquanto tal, vem promovendo eventos a fim de diagnosticar e propor soluções: tráfego, acessibilidade, segurança de pedestres, camelôs e população de rua foram alguns dos temas debatidos (Barreto, 1997). Esse empenho foi em boa medida responsável pela criação do Pró-Centro em 1993, órgão da Prefeitura voltado para os problemas da região; o Programa Centro Seguro, do Governo do Estado, no ano seguinte; e, em 1996, o Programa Ação Local, entidade que dividiu a área central em cinquenta microrregiões da qual participam, de modo particular, entidades do comércio local, reunindo cerca de 3,3 mil conselheiros que, sob o apoio logístico da Associação, devem “zelar por sua rua ou praça” (Almeida, s.d.: 7). Mencione-se que a entidade possui forte apoio de planejadores e urbanistas, tornando-se importante referência na retomada e nos rumos que pautam a discussão sobre a região central, dinamizados, após 1997, pela *Revista URBS*. Nela são expostas várias propostas de intervenção, mas creio não ser arriscado afirmar que na sua linha editorial prevalece uma concepção de saneamento dos espaços urbanos e dos grupos sociais pobres que os ocupam:

“[...] visava-se [...] à requalificação e zeladoria permanente dos espaços públicos [...] e a uma ação social efetiva para equacionar a questão dos sem-teto e crianças de rua, além do urgente disciplinamento do comércio informal [...]. Para atrair moradores de qualquer estrato de renda, é necessário melhorar cada vez mais a qualidade do espaço público — limpeza, segurança, disciplinamento de seu uso, iluminação e acessibilidade” (Almeida, s.d.: 5 e 10).

Por outro lado, a ocupação de prédios nas áreas centrais constitui iniciativa organizada por vários movimentos, entre os quais se destacam a União das Lutas de Cortiço, União de Movimentos de Moradia, Movimento dos Sem-Teto do Centro, Unificação das Lutas dos Cortiços, Fórum dos Cortiços, Novo Centro, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central, Movimento de Moradia do Centro. São aglutinações que contam com assessorias técnicas — ONGs como Ambiente, Fábrica Urbana, Instituto Pólis, Integra Cooperativa, Assessoria em Habitação aos Movimentos Populares — e que reúnem lideranças com larga experiência na condução de lutas urbanas, com coloridos diversos nas orientações políticas de curto e longo prazo. De suas ações isoladas e conjuntas resultaram inúmeras passeatas e protestos, além de ocupações de prédios públicos e privados que entre 1997 e 2007 totalizaram 83 ações organizadas, congregando alguns milhares de famílias nessa nova modalidade de luta urbana. Mas, por outro lado, também dialogam e negociam com poderes públicos, e apresentam propostas de políticas sociais. De vez em quando se tornam assessores remunerados de vereadores da Câmara Municipal ou de secretarias da Prefeitura, algo que ocorreu na gestão de Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores. Isso pode por em risco a autonomia e iniciativa política da organização que opta por tal tipo de associação, e, certamente, pode levá-la a ter um caráter dependente em relação às instâncias decisórias governamentais (Cavalcanti, 2006). Sua repercussão na mídia é considerável, não só quando efetuam o que a imprensa costuma qualificar de “invasão”, mas também quando são impedidos de realizá-la e, sobretudo, retirados dos edifícios pelas forças da segurança. De modo geral, essas ações visam canalizar as políticas públicas em benefício das camadas pobres, bem como participar dos processos de decisão governamental acerca dos investimentos a serem realizados, tidos como necessários a uma política urbana de inclusão aos benefícios da cidade:

“Os movimentos de moradia têm trabalhado e elaborado a proposta de morar perto do centro [...] Essa proposta foi uma construção coletiva com os movimentos, as assessorias técnicas, com entidades que atuam na área central. Ela não pensa a política habitacional pontualmente ou isoladamente, mas sim conjuntamente à política urbana. Essa proposta pressupõe que não haja mais exclusão [...] que atenda família de baixa renda, família que vive na rua, que não tem renda fixa, que não tem trabalho formal [...] essa população que nunca abandonou o centro, que trabalha e o mantém funcionando, quer participar desse processo, necessi-

ta possuir o direito de morar no centro com dignidade” (Câmara Municipal de São Paulo, 2001: 13).

Não resta dúvida de que esses embates e debates influíram na orientação do poder público no sentido de direcionar suas políticas públicas. No caso da gestão municipal do PT (2000-2004), o centro foi definido como uma área prioritária de intervenção. Assim, além das várias iniciativas de intervenção urbana já assinaladas, convém destacar o Programa Ação Centro, coordenado pela Emurb (Empresa Municipal de Urbanização), do qual participam 16 secretarias e cinco empresas públicas: dirigido para os distritos da Sé e da República, centro histórico da cidade, prevê a realização de 130 iniciativas. Tratava-se de programa iniciado no final da gestão petista, que visava fundamentalmente à reforma de edifícios vagos e cortiços, produção de habitação, reabilitação do patrimônio histórico, programas socioculturais e projetos de locação social a partir de uma metodologia de reabilitação integrada do *habitat* que privilegia a participação dos grupos locais na definição das políticas urbanas (Prefeitura Municipal de São Paulo: 2004).

Vale insistir: a concepção da gestão petista também se expressava nas 61 entidades, empresas, faculdades, centros de pesquisa e movimentos sociais que participaram das reuniões referentes aos programas a serem desenvolvidos, seguindo uma tradição de orientação participativa das gestões municipais do PT. A seu turno, voltados para outros distritos da área central, a CDHU, órgão do governo estadual, também efetuou um conjunto de programas destinado à reformas, reciclagem ou erradicação de cortiços (CDHU/SEADE, 2003). Dessa forma, os governos municipal e estadual são atores básicos na dinamização das áreas centrais, pois definem para onde e para quem os recursos serão prioritariamente canalizados e, em consequência, indutores dos agentes econômicos, de modo especial o capital imobiliário.

Repita-se mais uma vez: são vastas — como será detalhado no capítulo 9 acerca dos movimentos sociais — as potencialidades sociais e econômicas do centro, e os recursos públicos nele alocados para os próximos anos não são em nada desprezíveis. O PT mostrou-se aberto às demandas de vários grupos de interesse, sobretudo os populares, para negociar e priorizar os programas para as áreas centrais de São Paulo, incentivando a criação de instâncias de deliberação como o Conselho Municipal de Habitação. Criado em 2002, é composto de 48 membros, dezesseis representando o poder público, outro terço vindo de entidades da sociedade, e igual fatia eleita pela população, em um processo do qual participaram mais de 33 mil votantes (SEHAB, 2004: 10). Originou-se da Conferência Municipal de Habitação,

que reuniu 1.600 delegados escolhidos entre 22.230 participantes que estiveram nos 16 encontros regionais do Município realizados periodicamente. Mencione-se ainda que ocorreu em 2003 a Conferência Municipal da Cidade, na qual estiveram presentes 3.500 delegados. Assim, a administração petista desenvolveu um estilo de gestão que pode ser denominado *republicanismo de participação*, pois a ação governamental procurou não só ser transparente como, sobretudo, abriu-se para a negociação de interesses diversos e conflitantes. A tradição de governo do PSDB e do DEM está muito mais apoiada em uma concepção de mandato popular, na qual as instâncias governamentais devem ser transparentes, mas a definição de prioridades é prerrogativa do poder executivo, que tem não só o direito mas o dever de decidir: trata-se de um *republicanismo delegativo*. O risco do modo petista de governar reside em retardar as decisões, acabando por tornar a participação ineficaz ao gerar um conselhismo ratificador das iniciativas do poder executivo. O risco da concepção baseada na representação, em uma sociedade extremamente hierárquica e excludente como a brasileira, reside em exacerbar posicionamentos tecnocráticos que acabam por reproduzir o elitismo que está na raiz da segregação de nossas cidades.

Os destinos que tomarão os recursos que serão injetados nas regiões centrais estão relacionados à força dos diversos grupos em pressionar as instâncias decisórias. Insista-se: as intervenções urbanas são eminentemente políticas na dupla acepção antes referida, pois necessariamente valorizam ou desvalorizam determinadas áreas e, assim, criam novas hierarquias socioespaciais. Em face da desigualdade imperante na sociedade brasileira, o papel do poder público é essencial na gestação de modalidades de vida mais equitativas. Isto significa dizer que deixar a dinâmica urbana sob império do mercado imobiliário e financeiro só pode conduzir os habitantes pobres das áreas centrais para os locais mais deteriorados, o que, no caso da moradia, resulta no cotidiano da vida nos cortiços ou dos moradores de rua, que na melhor hipótese contam com a existência de abrigos patrocinados pelos órgãos governamentais.

Os processos assinalados nas páginas anteriores atestam para as potencialidades da região central da cidade, mas também sublinham a enorme vulnerabilidade socioeconômica e civil que desaba sobre os moradores das habitações coletivas. Assim, torna-se necessário terminar este capítulo registrando a fala de um dos seus moradores:

“Porque uns falam que pra ficar no CDHU tem que ganhar R\$ 900; e você acha que corticeiro ganha R\$ 900? Porque se eu

ganhar tudo isso, jamais estaria dentro de um cortiço com meus filhos. Jamais eu moraria num cortiço: um montão de gente, de bicho. Aqui tem muito trabalhador, mas quando sai do serviço e chega aqui, então vira bicho: grita, bate, fala palavrão.”

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Marco. “Associação Viva o Centro: a coletividade pela requalificação do centro de São Paulo”, *Exacta*, mimeo, s.d.
- AMITRANO, Cláudio R. (2004). “A Região Metropolitana e a área central de São Paulo nos anos 90: estagnação ou adaptação?”. In: COMIN, A.; SOMEKH, N. (orgs.). *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo/Cebrap/CEM.
- BARRETO, Jule (1997). “Uma ONG para o centro”. *Revista URBS*, nº 2, São Paulo.
- BONDUKI, Nabil (1999). *Revista URBS*, nº 11, São Paulo, fev.-mar.
- BOTELHO, Isaura; FREIRE, Carlos (2004). “Equipamentos e serviços culturais na região central da cidade de São Paulo”. In: COMIN, A.; SOMEKH, N. (orgs.). *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo/Cebrap/CEM.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (2001). *Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central*. São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, setembro.
- CAVALCANTI, Gustavo (2006). “Uma concessão ao passado: a trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo”. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, mimeo.
- CDHU/SEADE (2003). *Programa de Atuação em Cortiços (PAC)*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, maio.
- CEDEC (2000). São Paulo, junho, mimeo.
- FAVERO, Monica (2003). “Adeus à rua”. *Revista URBS*, ano VII, nº 30, São Paulo, abril.
- FRÚGOLI, Heitor (2000). *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp.
- FURTADO, Maria da Graça (1995). “O casarão da Cleveland: representações depreciativas e práticas sociais em espaço deteriorado de moradia”. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, São Paulo.
- IBGE (s.d.). *Censos Demográficos*.
- KOHARA, Luiz (1999). “Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços: estudo de caso na área central da cidade de São Paulo”. Dissertação de Mestrado, Escola Politécnica da USP, São Paulo.
- KOWARICK, Lúcio (2007). “Movimentos sociais e sociedade civil”, relatório preliminar elaborado por Janaina Block, Robert N. Neuhold e Daniel Lage, mimeo.

- LANGENEST, L. (1991). "Os cortiços em São Paulo". *Anhembi*, nº 139, São Paulo.
- MEYER, Regina (1999). *Revista URBS*, nº 14, São Paulo, set.-out.
- NAKANO, Kazuo; MALTA CAMPOS, Candido; ROLNIK, Raquel (2004). "Dinâmica dos subespaços da área central de São Paulo". In: COMIN, A.; SOMEKH, N. (orgs.). *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo/Cebrap/CEM.
- PAES MANSO, Bruno (2003). "Homicidas e homicídios: reflexos sobre a atualidade urbana em São Paulo". Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo.
- PICCINI, Andrea (1999). *Cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação urbana de São Paulo*. São Paulo: Annablume.
- PLANO URBANÍSTICO BÁSICO (PUB) (1968). São Paulo, ASPLAN, vários volumes.
- SEHAB (2003). *Plano Municipal de Habitação*. São Paulo, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, agosto.
- SEHAB (2004). *Programa Morar no Centro*. São Paulo, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, março.
- SILVA, Helena (2000). "Habitação no centro de São Paulo: como viabilizar essa ideia". São Paulo, LAB-HAB/FAU-USP/Caixa Econômica Federal/FUPAM/METRÔ/SP, agosto.
- VERAS, Maura (1999). "Territórios de exclusão em São Paulo: cortiços como espaços de alternativa e de segregação". São Paulo, Concurso para Titular do Departamento de Sociologia, PUC-SP.

JORNAIS E REVISTAS:

- FANFULLA, São Paulo, 1906.
- FOLHA DO POVO, São Paulo, 1908.
- REVISTA URBS, São Paulo, 2000.